

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



AS RELAÇÕES DE TRABALHO URBANO E RURAL, O ASSÉDIO MORAL E AS VIOLÊNCIAS LABORAIS NO SÉCULO XXI

Jeovana Nunes Ribeiro, Universidade Federal do Maranhão; Doutora;

jeovana.nunes@gmail.com

Alzira Mitz Bernardes Guarany, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora;

aquarany@gmail.com

Meiryellem Pereira Valentim, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;

Doutora; meiry@ufrj.br

RESUMO

A presente proposta busca problematizar, sob uma perspectiva teórica de complexidade e totalidade histórica e social, as relações de trabalho urbano e rural no Brasil do século XXI, sob um capitalismo ultraneoliberal, que tem promovido a precarização das condições e relações de trabalho, assim como propiciado o aumento de práticas de assédio moral e de outras violências laborais que replicam sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como em suas famílias, organizações e sociedade como um todo. A Pandemia da Covid-19, decretada em 2020, aprofundou a vulnerabilidade das classes trabalhadoras e amplificou as violências, a precarização das relações e condições de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Assédio Moral

ABSTRACT

The present proposal seeks to problematize, from a theoretical perspective of complexity and historical and social totality, the urban and rural labor relations in Brazil of the XXI century, under an ultra-neoliberal capitalism, which has promoted the precariousness of labor conditions and relations, as well as propitiated the increase of practices of moral harassment and other labor violence that replicate on the health of workers, as well as in their families, organizations, and society as a whole. The Covid-19 pandemic, enacted in 2020, has deepened the vulnerability of the working classes and amplified violence, the precariousness of relations and working conditions.

Keywords: Work. Precarious. Bullying

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O ASSÉDIO MORAL E AS VIOLÊNCIAS LABORAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: análise sob uma perspectiva social crítica de complexidade e seus rebatimentos na vida e saúde dos trabalhadores/as brasileiros/as

Alzira Mitz Bernardes Guarany

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo debater as relações de trabalho no capitalismo, especialmente a partir do seu atual estágio neoliberal, que favorece a prática do assédio moral e de outras violências laborais. Está ancorado na teoria social crítica marxista e marxiana, que nos possibilita a apreensão dos fenômenos sociais sob uma perspectiva de complexidade e totalidade histórica e social, de forma a identificar as mediações e determinações presentes, vinculando-as ao universal para realizar a crítica e superar a reificação capitalista. A abordagem adotada pretende superar o fenomênico, implicando além da(s) vítima(s) e do(s) assediador(es), as organizações onde ocorrem e a estrutura da sociedade. Entendemos como sendo esta a única forma de garantir um combate mais efetivo dessas práticas, que geram graves consequências para a saúde e para a vida dos trabalhadores/as, afetam suas famílias, as organizações com custos para a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Assédio Moral. Relações de Trabalho. Neoliberalismo

ABSTRACT

This article aims to discuss labor relations in capitalism, especially from its current neoliberal stage, which favors the practice of bullying and other labor violence. It is anchored in Marxist and Marxian critical social theory, which enables us to apprehend social phenomena from a perspective of complexity and historical and social totality, in order to identify the mediations and determinations present, linking them to the universal to carry out the critique and overcome capitalist reification. The adopted approach intends to overcome the phenomenon, implying beyond the victim(s) and the harasser(s), the organizations where they occur and the structure of society. We understand that this is the only way to ensure a more effective fight against these practices, which have serious consequences for the health and lives of workers, affect their families, organizations with costs for society as a whole.

Keywords: Bullying. Work Relationships. Neoliberalism.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O capitalismo, desde sua assunção é marcado por uma relação de violência com as classes desprovidas de bens e capital, especialmente nos ambientes de trabalho (MARX, 2004). Todavia, a adoção do neoliberalismo como forma de enfrentamento da crise que se abateu sobre os países capitalistas centrais, e atingiu posteriormente os periféricos, exponenciou essa violência.

A busca pela recomposição das margens de lucro e pela retomada do crescimento econômico através da reestruturação produtiva, da diminuição do Estado para ampliar a participação da iniciativa privada e dos ataques ao trabalho (HARVEY, 2010), associados à Revolução informacional e tecnológica, desenharam um panorama no qual se registrou o desemprego estrutural, a precarização dos vínculos de trabalho, a flexibilização dos processos de trabalho e a ampliação da competitividade (BARRETO e HELOANI, 2018), no qual se viu crescer o assédio moral e outras violências laborais.

O neoliberalismo derruiu ainda políticas públicas e sociais de proteção aos trabalhadores/as, bem como desmontou seus equipamentos e desmobilizou os recursos humanos, revogou legislações de proteção aos trabalhadores, como também favoreceu a corrosão dos vínculos sociais e dos valores coletivos (SENETT, 1999; ALVES, 2013), o que dificultou ainda mais as lutas e resistência dos trabalhadores diante da sanha do capital, transformando os locais de trabalho em um arena insalubre e perigosa (BARRETO, 2006). Esses aspectos têm chamado a atenção, inclusive, da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2018), que classificou os locais como altamente violentos, no qual o assédio moral tornou-se uma de suas facetas.

O objetivo do presente trabalho é analisar esse cenário, bem como o aumento do assédio moral e de outras violências laborais sob a perspectiva de complexidade, inserindo-os na totalidade social e histórica, de forma a destacar as mediações e determinações presentes, vinculando-o ao universal para realizar a crítica da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

realidade e superar a reificação capitalista em relação a essa e outras violências laborais. Assim como ainda vai realizar uma breve explanação sobre o fenômeno e apontar suas consequências nefastas para a vida e saúde dos trabalhadores, suas famílias, as organizações onde ocorrem e a sociedade civil como um todo.

Buscaremos trazer elementos que rompam com o reducionismo teórico e analítico corrente, que implica somente a(s) vítima(s) e o agressor(es). Levaremos em conta fatores ligados à organização, sua cultura, a questão geracional, de gênero, de orientação sexual, de credo, regional, o macrocontexto e suas questões sócioestruturais e políticas, apontando de que forma podem estar implicados na ocorrência e no aumento do assédio moral e de outras violências laborais.

2 ASSÉDIO MORAL: UMA ABORDAGEM DE COMPLEXIDADE DO FENÔMENO IMPLICADO NA TOTALIDADE HISTÓRICA E SOCIAL

O assédio moral e as violências no trabalho podem ser considerados como uma subcategoria da violência genérica que marca a sociedade moderna. Ele é caracterizado como uma prática existente nos ambientes de trabalho, se dá de forma intencional e repetitiva, que fere e atenta contra a dignidade de sua(s) vítima(s). Apesar de receber denominações diferenciadas pelo mundo: na Alemanha é chamado de mobbing; na Inglaterra e EUA, de bullying; na França, de harcèlement moral (FREITAS et al, 2005), seus componentes como a intencionalidade, a repetitividade, a humilhação e discriminação, são comuns entre eles.

Desde a assunção do capitalismo, as violências povoam o universo laboral, tanto pela via da expropriação, como da apropriação e exploração, as quais lançou hordas de homens, mulheres e crianças na miséria. O caminho para que trabalhadores e trabalhadoras rompessem esse ciclo vicioso foi dado por Marx e Engels (2007), mostrando que seria através da superação da concorrência natural, associando-se. Em um primeiro momento pela via dos sindicatos, que não deveria perder de vista as pautas mais amplas, e posteriormente, no cenário político, através

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

dos partidos. Todavia, até essa primeira forma perene e organizada de luta tem enfrentado uma grave crise desde o final do século XX. Ataques do neoliberalismo, associados a outros “[...] elementos externos e internos à sua estrutura, dentre eles a própria crise do trabalho, sua nova morfologia, a forma de organizar a produção [...]” (GUARANY, 2016), pioram o quadro e prejudica a luta organizada dos trabalhadores.

A grande crise que se abateu sobre os países capitalistas centrais no final dos anos 60, levou à adoção do neoliberalismo. Sua cartilha, posteriormente imposta aos países capitalistas periféricos, entre eles o Brasil, pregava a necessidade do encolhimento do Estado, de forma a dar lugar ao capital privado pela via das privatizações e parcerias com o setor privado; da reestruturação produtiva, com mudanças e com ataques à esfera do trabalho. Apoiados nos avanços trazidos pela Revolução tecnológica e informacional, provocou o desemprego estrutural, a flexibilização dos processos de trabalho e a precarização das relações e condições de trabalho.

Esses aspectos associados à crise enfrentada pelos sindicatos (ALVES, 2000; GUARANY, 2016) e uma sociabilidade burguesa investia contra os laços sociais e os valores coletivos (SENETT, 1999; ALVES, 2013) ampliou a competitividade e a violência nos ambientes laborais, aumentou os adoecimentos e até as mortes causadas pelo trabalho (ANTUNES e PRAUN, 2015; GERSCHENFELD, 2010)

Déjourns (2003) revela que o coletivo não é mais portador de laços sociais nos locais de trabalho, o que impede que se estabeleça o sentimento de pertença, a solidariedade de classe de onde pode emergir a resistência e colocar o vivido em novo patamar, onde se vislumbra a possibilidade de revolta (IASI, 2007). Barreto (2006) afirma que no atual contexto neoliberal, os espaços organizacionais estão pautados pelo individualismo antropofágico e competitivo, que é cada vez mais sutil e desgasta o caráter.

O final do século XX e o século XXI, foi marcado pela consolidação em escala quase global do neoliberalismo, que tem registrado uma piora desse quadro violento nos espaços de trabalho. A mudança da forma de organizar o trabalho que implicava

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

objetivamente o trabalhador no processo e era dominante até a crise dos anos 60/70, foi substituída pela organização taylorista flexível, que impõe o envolvimento subjetiva do trabalhador (ALVES, 2000), utiliza “[...] inúmeras estratégias de captura e manipulação de seu consentimento e de sua inteligência, [...] postas a serviço da valorização do capital.” (GUARANY, 2016), gerando impactos em sua saúde física e mental (GAULEJAC, 2005; GUARANY, 2020).

Na esfera organizacional, grande parte das instituições tem buscado entender e enfrentar as violências laborais através da construção de significados (GAULEJAC, 2005), “desenvolvendo” a resiliência de seus trabalhadores (MELILLO e OJEDA, 2005), ou ainda utilizando a neurociência como instrumento (SILVA e BARBOSA, 2015), mas nenhuma delas consegue realizar (talvez nem queiram) a necessária crítica ao sistema que provoca, facilita e até estimula esse panorama, bem como a estrutura que o provoca, qual seja o capitalismo, suas demandas, necessidades e contradições.

Acreditamos que a violência do neoliberalismo no Brasil foi mais contundente pelo fato da adesão formal a ele ter ocorrido somente 1 ano após se ter garantido na Constituição Federal (BRASIL, 1988) alguns avanços de proteção aos trabalhadores/as, que nem tiveram tempo de se consolidar. Desde então, diversas reformas na esfera trabalhista e previdenciária foram realizadas (GUARANY, 2014), alterando sobremaneira a correlação de forças e impactando a saúde e a vida daqueles que vivem do trabalho.

O assédio moral é um fenômeno complexo que implica desequilíbrio de poder nas relações laborais, associado a outros fatores. Todavia não é recente no Brasil, mas as preocupações dos trabalhadores eram outras. No final século XIX e início do XX, estava em curso a formação da classe de trabalhadores brasileiros “livres”; nos anos 30 do século XX os trabalhadores consolidavam seu movimento organizativo; os anos 70/80 tivemos o engajamento dos trabalhadores em lutas políticas mais amplas, pela redemocratização do país. A chegada dos anos 90, na assunção formal do neoliberalismo e do seu sistema anti-humanista, que se colocou na agenda a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

necessidade de se debater e combater esse fenômeno e outras violências laborais (GUARANY, 2014; ANTUNES e PRAUN, 2015).

O assédio moral pode ser ainda multifatorial. Tem implicadas as dimensões individual e coletiva (GAULEJAC, 2005); tem aspectos objetivo e subjetivo (OIT, 2020), pode ser influenciado pelo contexto institucional, pela cultura organizacional e pelo cenário conjuntural e político. Envolve ainda questões de orientação sexual, aspectos geracionais, de credo, de etnia, gênero e raça (HIRIGOYEN, 2002; OIT, 2020). As mulheres, especialmente as negras, já vitimizadas pela interseccionalidade, integram o grupo mais atingido (OIT, 2022).

Muitos os estudos e propostas de enfrentamento às violências laborais tomam apenas a dimensão fenomênica e imediata. Levam em conta nas análises e proposições de enfrentamento apenas a(s) vítima(s), o(s) agressor(es), quando muito, implicam as instituições onde ocorrem. Não dando conta da complexidade que envolve o fenômeno. A ampliação da perspectiva de análise, de ação e até de criminalização se faz urgente.

Entender os elementos presentes nas violências laborais e no assédio moral, para além da(s) vítima(s) e do(s) agressor(es) é fundamental para que se pense em ações de enfrentamento para além da criminalização e responsabilização das instituições e organizações, bem como para a promoção de uma educação e consciência políticas. Desenvolver regulamentações institucionais, opor-se ao machismo e ao assédio sexual, que muitas vezes aparece associado ao moral, combater o racismo, estimular o diálogo e a pluralidade nos ambientes organizacionais são ações que podem ajudar.

Devemos implicar ainda iniciativas pedagógicas e de prevenção como debates, cartilhas, palestras, formação sobre o tema e semanas temáticas. Essas ações podem promover a apreensão e a reflexão crítica do vivido, possibilitar a superação da reificação capitalista, ajudar a provocar a tomada de consciência e resgatar a importância do coletivo, seja como espaço de luta e resistência, seja de acolhimento e debate.

PROMOÇÃO



APOIO



2.1 O que é e por que precisamos falar sobre o assédio moral e outras violências laborais

A OIT (2018) aponta que os ambientes laborais estão cada vez mais violentos, todavia, nem toda violência laboral pode ser considerada assédio moral, pois necessita de repetição e intencionalidade. O Ministério Público do Trabalho (2013) tem alertado sobre a banalização do termo, que tem sido utilizado para nomear toda e qualquer conduta violenta e desrespeitosa.

Nem toda violência laboral é assédio moral, mas todo assédio moral é uma violência laboral. Esta última categoria nomina uma série de demandas latentes que nunca foram consideradas acerca dos comportamentos abusivos no mundo do trabalho, todavia são atos isolados, que não são premeditados e/ou com a intenção de excluir. Os atos de violência laboral, em geral, podem e devem ser repudiados e punidos, até porque podem causar dano moral, funcional, material, existencial, mas se não tiverem intencionalidade e repetição, não se configuram como assédio moral.

Pode ser praticado por um ou mais assediadores contra um ou um grupo de trabalhadores/as, assim como pode se apoiar na cultura organizacional. Tem cumplicidade, mesmo que implícita e indireta da organização, e geralmente precisa de espectadores.

Seu objetivo é isolar a vítima(s), fragilizá-la(s) emocionalmente, atacando sua dignidade e integridade física e psíquica. Pode manifestar-se por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos e até pelo não dito, como a recusa à comunicação. A intensificação de comportamentos violentos costuma ocorrer em ambientes hostis e de alta competitividade (FREITAS, et al, 2008).

Alguns autores indicam que a intencionalidade, a repetitividade, a humilhação e a discriminação são seus pilares, bem como a difamação, o isolamento e a desestabilização são as ações que compõem a prática do assédio moral (BARRETO e HELOANI, 2018; FREITAS et al, 2005; HIRIGOYEN, 2002).

PROMOÇÃO



APOIO





Hirigoyen (2002) aponta ainda que há 4 tipos de assédio: o descendente, ou vertical, quando de um gestor(es) para seu(s) subordinado, é o mais comum; o horizontal, praticado entre pares, pode ser consequência do primeiro ou fruto de um ambiente altamente competitivo; o ascendente, quando vem da equipe ou subordinado(s) para a chefia, de natureza mais rara, já que na correlação de forças do capitalismo, um trabalhador assediador pode, facilmente, ser prejudicado com a justificativa de insubordinação, todavia é mais muito comum na esfera pública. E por fim, o misto, quando todo o grupo de trabalho, incluindo simultaneamente superiores e colegas de trabalho de mesmo nível hierárquico, assediam determinado(s) trabalhador(es). Há autores, entre eles Hirigoyen (2002), que pontuam ser esse tipo um desdobramento dos demais.

Lutar contra essas violências deveria ser do interesse não só das vítimas e de suas famílias, mas também das organizações e da sociedade, pois há perdas e custos para todos:

- a saúde dos trabalhadores atingidos direta e indiretamente é afetada (CAPONECCHIA e WYATT, 2011; CIHON e CASTAGNERA, 2013);
- os ambientes laborais tensos podem aumentar a cancerinogênese (GUARANY, 2020);
- com reflexos que podem até chegar ao suicídio (GERSCHENFELD, 2010; SANTOS e SIQUEIRA, 2010).

As organizações têm dificuldade de admitir que em seus espaços laborais há violências, daí optarem por estimular a resiliência de seus trabalhadores. Apesar de adotarem um discurso de humanização e valorização dos seus “recursos humanos”, aspectos que caracterizam o humano, como a fraqueza, o erro, as imperfeições, as dúvidas não encontram acolhimento. Desconsideram e desqualificam o sujeito quando ele se exprime fora das figuras impostas pela empresa.

Entre as consequências das violências laborais e do assédio moral, estão os danos emocionais e até físicos. Segundo a OIT (2018) suas vítimas apresentam 4 vezes mais probabilidades de desenvolverem depressão e o dobro de chances de

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ficarem estressadas. Afetam também as relações familiares e laborais (OIT, 2018 e 2020). Nas instituições e organizações onde ocorrem essas violências podemos registrar redução da produtividade e aumento do absenteísmo, sem falar nos custos dos litígios. O combate a essas práticas pelo movimento organizado dos trabalhadores existe, mas ainda precisa de mais empenho e pressões, de outros setores da sociedade e do próprio Estado.

2.2 Alguns avanços na responsabilização pela prática do assédio moral no mundo e no Brasil

A primeira pesquisa em escala global sobre o assédio moral foi realizada em 2022 pela OIT e mostra que a violência e o assédio no trabalho afetam mais de uma em cada cinco pessoas (OIT, 2022). Ela produziu ainda relatórios com dados regionais que podem nos servir de alerta, “[...] em 2007, as empresas e outras entidades do Reino Unido perderam 33,5 milhões de dias de trabalho devido ao absentismo provocado por atos de bullying [...]” (OIT, 2018, p. 30); “Na Austrália, o custo anual estimado originado por atos de bullying para os empregadores e para a economia em geral situa-se entre 6.000 e 36.000 milhões de dólares australianos.” (OIT, 2018, p. 30). Apesar das perdas assinaladas, ainda segundo a OIT (2018), apenas 31% dos países regulam as violências e o assédio no mundo do trabalho, entre os quais não está o Brasil.

Levantamento realizado pela OIT (2014) dá conta que 42% dos brasileiros já haviam sido vítimas de assédio moral, entretanto ainda não se tem no país uma regulamentação em nível federal que o criminalize. Apenas algumas cidades e estados avançaram no debate e na responsabilização, como o Estado do Rio de Janeiro, Campinas, Cascavel, Guarulhos e Porto Alegre, por exemplo.

Tramita no Congresso Nacional desde 2002 um Projeto de Lei, de número 4742/01, todavia há condenações, e para tanto elas lançam mão de legislações acessórias como a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que tem entre seus

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, e como cláusula pétrea, entre os direitos fundamentais, a proibição de dar tratamento desumano ou degradante a qualquer pessoa, violando sua honra e sua imagem. Lança-se mão ainda do Código Penal (2019) que em seu artigo 136 criminaliza essa prática. No caso dos servidores públicos federais, tem-se ainda os regimes jurídicos nos quais constam parágrafos que se opõe a dar e receber comportamentos violentos de outrem.

Em 2019, a OIT aprovou a 1ª Convenção para a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho (OIT, 2019), incluindo os espaços públicos, os privados, os fatos ocorridos no deslocamento entre casa e emprego, cobrindo todas as categorias de trabalhadores, de qualquer status contratual, inclusive pessoas em formação, como aprendizes e estagiários; voluntários e pessoas que procuram emprego bem como os trabalhadores terceirizados. Cobre ainda situações em que os trabalhadores estejam em viagens, realizando capacitações, em eventos sociais relacionados ao trabalho, ocupando locais de hospedagem disponibilizados pelo empregador, bem como leva em consideração as comunicações vinculadas ao trabalho, incluindo as de caráter virtual.

Os países signatários deverão providenciar garantias legislativas para que a violência e o assédio no local de trabalho sejam “proibidos”. (ABET, 2020), contudo, até 2021 somente Argentina, Equador, Fiji, Namíbia, Somália e Uruguai haviam assinado (OIT, 2021). O Brasil ainda não foi ratificou, entretanto, entidades do Judiciário e do Ministério Público, além de parlamentares, tem se organizado para pressionar o Estado a assinar e se comprometer com a Convenção. Assim como tivemos no final de 2022 a Lei de nº 14.457 que instituiu além do Programa mais Mulheres com medidas que visam protegê-las e aos seus direitos nos ambientes de trabalho, também traz exigências que se tome medidas que impeçam além do assédio sexual, outras violências laborais (BRASIL, 2022b).

Um Acórdão emitido pelo Tribunal de Contas da União – TCU em 2022 (BRASIL, 2022) é mais um alento na luta contra essas práticas nefastas. No

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



documento elaborado alertam-se órgãos e entidades públicos federais que passarão a incluir em suas auditorias a verificação das políticas de combate ao assédio moral e outras violências laborais. Esperamos que isso possa contribuir com os que lutam por seu combate mais efetivo.

3 CONCLUSÃO

Mesmo o trabalho sendo um ato humano ontológico e ineliminável, os fatores que cercam a esfera do trabalho tem provocado não só o adoecimento dos trabalhadores, mas também mais custos para as empresas, instituições e organizações, assim como para a sociedade em geral.

O trabalho constituiu caminho necessário para o projeto de emancipação humana, contudo, a despeito da crise que o movimento organizado tem registrado, é fundamental que pautem em sua agenda reivindicatória o combate ao assédio moral e a outras violências laborais sob uma perspectiva de complexidade e inserido em uma totalidade histórica e social.

Na sociabilidade burguesa a atividade laboral encontra-se estruturalmente metamorfoseada e vive uma das suas mais profundas crises, afetando a todos. Todavia foram as lutas travadas pelos coletivos organizados, entre eles sindicatos, que limitaram a avidez do capital (GUARANY, 2016).

“Dizer que a classe capitalista e o capitalismo podem sobreviver não significa que eles estão predestinados a isso [...] As crises são momentos de paradoxo e possibilidades [...]” (HARVEY, 2010, p. 176). Urge a retomada desta direção pelos movimentos organizados de luta, ultrapassar as diferenças e encontrar o que se tem de comum. Superar a concorrência natural e (re)estabelecer as alianças e associações, incluindo pautas antes secundarizadas ou invisibilizadas, como as de gênero e raça, não mais consideradas como identitárias (SANTOS), assim como a ambiental, geracional, entre outras. Todas elas se associam na presença das violências laborais e precisam ser combatidas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



REFERÊNCIAS

ABET. **Entidades pressionam para que Brasil adote convenção da OIT contra violência e assédio no trabalho.** Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/entidades-pressionam-para-que-brasil-adote-convencao-da-oit-contra-violencia-e-assedio-no-trabalho/>. Acesso em: dez/22.

ANTUNES R, PRAUN L. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Serviço Social e Sociedade 2015; 123:407-427.

ALVES, Giovanni. **O novo e (o precário) mundo do trabalho –** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Fetichismo e Sociabilidade Burguesa – Trabalho, Valores – Fetiche e Estranhamento Social. In FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social.** Coletânea Nova de Serviço Social. RJ: Lumen Juris, 2013.

BARRETO, Margarida. **Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações.** São Paulo, EDUC, 2006.

BARRETO, M. e HELOANI. **Assédio Moral –** gestão por humilhação. Porto, Editorial Juruá: 2018.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Justiça. **Código Penal.** Brasília, DF: MJ, 2019.

_____. Ministério Justiça. **Acórdão No 456/2022 –** TCU – Plenário. Brasília, DF: MJ, 2022a.

_____. **Lei Federal nº 14.457.** Brasília: DF, 2022b.

CAPONECCHIA, C. e WYATT, A. **Preventing workplace bullying: An evidence-based guide for managers and employees.** Londres: Routledge, 2011.

JUNIOR, José Celso Cardoso et al. **Assédio institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado.** Brasília, DF: Associação dos Funcionários do Ipea: EDUEPB, 2022. Livro Eletrônico.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CIHON, P. e CASTAGNERA, J. **Employment and Labor Law**. EUA: Cengage Learning, 2013.

DÉJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FREITAS, Maria E., HELOANI, Roberto e BARRETO, Margarida. **Assédio Moral no Trabalho**. Coleção: debates em administração. São Paulo, Cengage Learning, 2008.

GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social** SP: Ideias & Letras, 2005.

GERSCHENFELD, Ana. Entrevista a Christophe de Dejours "Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal". Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/02/01/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>. Acesso em: abril de 2011.

GUARANY, Alzira M. B. **Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado, apresentada à ESS/UFRJ, dez/2014.

_____. Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na Contemporaneidade. **Revista SER Social**, Brasília: v. 18, n. 38, p. 220-241, jan.-jun./2016.

_____. Professor não adocece, morre! Os impactos das mudanças na educação superior pública sobre a saúde e a vida dos docentes. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 4, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2020.

HARVEY, David. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**. SP: Ed. Boitempo, 2010.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. São Paulo: Bertand Brasil, 2002.

IASI, Mauro L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. SP, Ed. Popular, 2007.

MARX, Karl. **O Capital** – O processo de produção do capital. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9ª edição, São Paulo: Hucitec, 2007.

MELILLO, Aldo e OJEDA, Elbio N. S. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. RS: Artmed Editora, 2005.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ministério Público do Trabalho. **Assédio moral em estabelecimentos bancário**. MPT: Brasília, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **A Prevenção de Doenças Profissionais**. Genebra: OIT, 2014.

_____. **Relatório Final da Reunião de Peritos sobre a violência contra as mulheres e os homens no mundo do trabalho**. Genebra: OIT, 2016.

_____. **Acabar com a violência e o assédio contra mulheres e homens no mundo do trabalho**. Genebra: OIT, 2018.

_____. **Convenção sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho**. Genebra: OIT, 2019.

_____. **Ambientes de trabalho seguros e saudáveis e livres de violência e de assédio**. Genebra: OIT, 2020.

_____. **Experiences of violence and harassment at work: A global first survey**. Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_863224/lang--pt/index.htm. Acessado em abril de 2023.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi e Marcus Vinícius Soares SIQUEIRA. **Considerações sobre Trabalho e Suicídio: um Estudo de Caso**. Anais do VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. SC: maio, 2010.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SILVA A, BARBOSA. G. **Contribuições da Neurociência para a gestão de pessoas**. Opción, v. 31, n. 1, p. 113-133. Maracaibo, Venezuela. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/310/31043005007/> Acesso em: 15 de outubro de 2018.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O TRABALHO RURAL ENTRE A SAZONALIDADE E PRECARIZAÇÃO: saúde e as condicionalidades na colheita de café

Jeovana Nunes Ribeiro

RESUMO

O tema de reflexão apontado para este artigo compreende o objeto de estudo: as condições de trabalho e saúde do trabalhador da colheita de café da região Sul de Minas Gerais, por ser considerada a maior região produtora de café do mundo. A finalidade foi compreender em primeiro lugar, o trabalho rural, levando em consideração as condições de trabalho que envolve desde o trabalho sazonal, a jornada de trabalho, produção, salário; e em segundo, as alternativas de sobrevivência encontradas na entressafra. Utilizamos o materialismo histórico-dialético e a pesquisa qualitativa, aplicamos um questionário a 20 trabalhadores rurais, 01 questionário aos funcionários das instituições EMATER; MTE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Os dados da pesquisa de campo revelaram que a maioria trabalha na informalidade, desprovida dos direitos sociais, inclusive do seguro-desemprego no período de entressafra; o processo de trabalho é adoecedor e a remuneração insuficiente para um patamar mínimo de dignidade.

Palavras-chave: Trabalhador rural. Café. Saúde.

ABSTRACT

The theme of reflection pointed out for this article comprises the object of study: the working conditions and health of the coffee harvest worker in the southern region of Minas Gerais, as it is considered the largest coffee producing region in the world. The purpose was to understand in the first place, rural work, considering the working conditions that involve from seasonal work, the working day, production, wages; and second, the survival alternatives found in the off-season. We used historical-dialectical materialism and qualitative research, we applied a questionnaire to 20 rural workers, 01 questionnaire to the employees of EMATER institutions; MTE and Union of Rural Workers of the municipality. The field survey data revealed that most of them work in informality, devoid of social rights, including unemployment insurance in the off-season; The work process is sickening, and the remuneration is insufficient for a minimum level of dignity.

Keywords: Rural worker. Coffee. Health.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da tese de doutorado junto Programa de Pós-graduação em Serviço social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. Procuramos analisar como os trabalhadores sobrevivem às passagens sazonais e cíclicas do café, abordando, sobretudo, as condições de trabalho, e, no decorrer do estudo, percebemos que a saúde do trabalhador é questão preocupante no trabalho rural, mesmo que essa categoria de análise não tenha sido o foco de nosso estudo, todavia, as condições de trabalho evidenciam claramente o adoecimento provocado pelo processo laboral, assim, evidenciamos em nosso estudo dada as falas dos entrevistados e as queixas de doenças oriundas do trabalho na colheita do café. As mais citadas foram dores no braço, que podem ser caracterizadas pela Lesão por Esforço Repetitivo, e, as do aparelho respiratório, esta última, via de regra, ocasionada pelas condições insalubres do clima/temperatura.

Ressaltamos que, na contemporaneidade, existem poucos estudos sobre a saúde do trabalhador rural do cafezal e isto instigou a nossa pesquisa. Por outro lado, exigiu um árduo processo de pesquisa e um movimento muito determinado no sentido de entender a realidade tratada a partir de tão poucas referências. O material que ora apresentamos foi a síntese possível desse processo. No percurso, encontramos muitos estudos sobre a superexploração do trabalhador no canavial, mas no café, apenas, pesquisas relacionadas a qualidade da produção, melhoria do grão e formas de intensificação da colheita mecanizada, o que vem a contribuir ainda mais com a superexploração, precarização do trabalho.

Nossa pesquisa foi realizada no município de Campo Belo-MG, utilizamos o materialismo histórico-dialético e a pesquisa qualitativa onde entrevistamos 20 trabalhadores rurais, que compuseram o universo desse estudo e localizados em um determinado bairro do município, o contato foi estabelecido a partir doutros moradores que conheciam previamente a pesquisadora, cabe ressaltar que somente a partir desse conhecimento foi possível realizar as entrevistas com os apanhadores de café, residentes do bairro Jardim América, tendo em vista a confiança depositada dos entrevistados, por conhecer quem a indicava.

Utilizamos as 26 letras do alfabeto para transcrever as falas dos trabalhadores rurais a fim de preservar suas identidades e manter o sigilo ético. Solicitamos ao Trabalhador Rural, que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nos autorizando a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

realizar a entrevista para preenchimento do formulário semiestruturado com 06 questões de identificação pessoal, 14 questões relacionadas ao processo de trabalho e 10 questões sobre a vida do trabalhador.

Entrevistamos, também, os funcionários das instituições Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Sindicato do Trabalhador Rural, com a finalidade de responder as inquietações, oriundas, a partir do contato com os trabalhadores rurais, bem como para dar maior clareza aos dados colhidos no estudo, evitando, desta forma, questionamentos duvidosos.

2 O TRABALHO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Para falarmos sobre o mundo do trabalho hoje, se faz necessário fazer o percurso histórico a partir da década de 1980, tendo em vista as transformações de ordem econômica e social.

Entre as décadas de 1970 e 1980 emerge a crise mundial associada a uma alta de preço do petróleo, que gerou o fenômeno da inflação e estagnação da economia. Essa crise se dá pelo esgotamento do *boom* do pós-guerra e pelo novo padrão de acumulação flexível, denominado de toyotismo, que substitui o fordismo-keynesiano. “O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do mundo globalizado em várias partes do capitalismo globalizado [...]. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção [...]” (ANTUNES, 2005a, p. 24).

Novos processos de trabalho emergem, de forma que o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível” e por novos padrões de produtividade, adequando-se a lógica do mercado global (ANTUNES, 2005a).

Montaño (2007) relata que atrelado ao novo processo de produtividade ou de reestruturação produtiva, na década de 1980, a corrente neoliberal é consolidada nos países capitalistas centrais, com ampla hegemonia internacional, pós-triunfos eleitorais de Thatcher e Reagan, e reafirmada na década de 1990 com a queda do Muro de Berlim, todavia, centrada no feroz ataque as conquistas sociais dos trabalhadores, que continha o pacto keynesiano, no Estado de Bem-Estar-Social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ressaltamos que enquanto esse novo pacto adentra nos países da Europa e Estados Unidos, o pacto de Bem-Estar é conformado no Brasil pelos setores democráticos, no pós-ditadura, mas não efetivado, tendo em vista a entrada do projeto neoliberal na década de 1990, que gerou impedimentos para o avanço de muitas conquistas sociais.

[...] no Brasil o processo aliancista é radicalmente diferente do ocorrido nos países centrais. Não é um pacto “social-liberal” que sucede, no nosso país, a aliança de hegemonia neoliberal, mas, contrariamente, é esta última que substitui, na década de 90, o “pacto social-democrático” dos anos 80. Se a década de 1980 marcou, nos países centrais, um avanço da hegemonia mais radical, e no decênio seguinte consolida-se a chamada “terceira via”, considerada mais *light*, no Brasil, dadas as suas particularidades históricas, o processo é significativamente contrário: enquanto a década de 80 é marcada por um “pacto social” entre os diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos sociais e classistas (que levou à Constituição de 88), os anos 90 representam o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde até setores de esquerda resignada e possibilista sucumbem aos “encantos” ou às pressões do Consenso de Washington. (MONTANÕ, 2007, p. 35-36).

No Brasil, com a entrada da política neoliberal e o processo de reestruturação produtiva, na década de 1990, os direitos sociais e humanos retrocederam em detrimento, de um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital, implicando na transferência de responsabilidade social do Estado para Sociedade (PAULO NETTO, 1993).

A década de 1990 é caracterizada como “inconstitucional”, que segundo Iamamoto (2005, 2008a), desde o governo Fernando Collor de Mello algumas conquistas fundamentais obtidas na Constituição de 1988, no campo dos direitos sociais, foram inviabilizadas pelo Estado e permanecem inviáveis até o presente momento pela manutenção da política econômica, que gera o desastre social.

Dessa maneira, as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social” na cena contemporânea. (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Entendemos ainda, nas palavras de Iamamoto (2008a) que no Brasil, o ideário liberal incorporado na Constituição de 1824, que chega de braços dados com a escravidão e com a prática geral do favor, se unem na história política brasileira e permanecem até o momento presente.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O favor atravessou o conjunto da existência nacional nas relações entre os homens “livres”, embutida nas relações de subordinação, arbítrio, serviços pessoais, cumplicidade contra a postulação, da remuneração objetiva, da ética no trabalho. A burguesia incorpora no discurso as elaborações europeias contra o arbítrio e a escravidão, mas na prática afirma o favor e o clientelismo em instituições que proclamam formas e teorias do Estado burguês moderno (IAMAMOTO, 2008a).

Diferente da Europa, os limites do liberalismo no Brasil, nas suas origens, foram definidos pela escravidão, pela sobrevivência das estruturas arcaicas de produção e pela dependência colonial nos quadros do sistema capitalista internacional. Trata-se dum liberalismo que nasceu tendo como base social as classes de extração rural e sua clientela. (IAMAMOTO, 2008a, p. 34).

Antes da Independência vivenciamos o “liberalismo heroico”, pós-Independência, evoluímos para o “liberalismo regressista”, com feição antidemocrática e antirrevolucionária, presidido pela conciliação da liberdade com a ordem. O liberalismo no Brasil não se constrói sobre a universalidade da figura do cidadão, mas vem nutrindo-se, desde a formação do Estado Nacional, de forças representativas da tradição patrimonialista, em um amplo processo de privatização da coisa pública, em detrimento das tradições republicanas, com sua vocação contratualista, democrática e universalizante, favorecendo o cultivo dos interesses privados, inclusive o uso privado de recursos públicos, que são impeditivos da constituição de uma cidadania sólida e universal. Trata-se duma cultura política que não foi inteiramente superada, apesar, das lutas por direitos (IAMAMOTO, 2008a, p. 34).

Apesar da aparente ausência de sincronia histórica nas relações capitalistas, entre o Brasil e os países centrais, observamos, em nosso país, um intenso salto econômico promovido pela ditadura para atender a internacionalização da economia, aproveitando da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados “anos de ouro”, superexplorando cada vez mais, os trabalhadores, conforme relatam as autoras Behring e Boschetti (2008, p. 135).

Marx (2003, p. 427) relata que a revolução no modo de produção tornou necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, aperfeiçoando o maquinário de produção, os meios de comunicação e de transporte, para atender ao mercado global e transcreve as palavras de John Stuar Mill quando diz que “[...] é duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano.”

PROMOÇÃO



APOIO



Na verdade, diz Marx: “Mill deveria ter dito: De algum ser humano que não viva do trabalho alheio. As máquinas aumentaram, certamente, o número dos abastados ociosos.”

Entendemos com a fala de Marx (2003) que as máquinas em vez de contribuir com o trabalhador para aliviar a sobrecarga de trabalho, aumentando o tempo livre para descanso, ela é utilizada para fetichizar ainda mais o trabalho.

No início da indústria moderna “[...] a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital.” (MARX, 2003, p. 451).

[...] a maquinaria aumenta o material humano explorável pelo capital, ao apropriar-se do trabalho das mulheres e das crianças; como confisca a vida inteira do trabalhador; ao estender sem medida a jornada de trabalho; e como seu progresso, que possibilita enorme crescimento da produção em tempo cada vez mais curto, serve de meio para extrair sistematicamente mais trabalho em cada fração de tempo, ou seja, para explorar cada vez mais intensivamente a força de trabalho. (MARX, 2003, p. 476, 479).

Com o passar do tempo as máquinas foram aperfeiçoadas e contribuiu com o número de pessoas desempregadas, de forma que “o instrumental de trabalho líquida, então, o trabalhador. [...] O objetivo constante e a tendência de todo aperfeiçoamento das máquinas é na realidade dispensar inteiramente o trabalho do homem ou diminuir seu preço, substituindo os trabalhadores [...]” (MARX, 2003, p. 476, 492).

Todavia, ressaltamos que a máquina necessita da força humana para ser acionada e, conseqüentemente, para acompanhar/inspecionar o processo de produção, neste sentido, não há como liquidar totalmente a força humana do trabalho, mas contribuir significativamente com o número de trabalhadores ociosos, ou com o “exército industrial de reserva¹”. “Não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar à vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural” (MARX, 2013, p. 746).

Dos vinte trabalhadores, apanhadores de café entrevistados, constatamos que, três trabalhadores tem idade entre 20 e 30 anos, são eles: “G”, “F” e “K”; cinco tem idade entre 31

¹ Sugiro a leitura de: O Capital, Capítulo XXIII, livro I, volume II, sobre “A lei geral da acumulação capitalista”. (MARX, 2013, p. 721).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e 39 anos, são eles: “B”, “E”, “M”, “O”, “S”; e, doze tem idade entre 47 e 66 anos, são eles: “A”, “B”, “C”, “H”, “I”, “J”, “L”, “N”, “P”, “Q”, “R”, “T”.

Em relação à CTPS, apenas, quatro trabalhadores tinha carteira assinada, no trabalho rural, são eles: “C”, “F”, “G” e “M”; e dezesseis trabalham na colheita de café como trabalhadores informais, destes, dois trabalhadores: “D” e “E”, tem vínculo empregatício, noutro ramo, enquanto que os outros quatorze, passam pela vida ora fazendo “bicos”, ora desempregados, oscilando entre a ociosidade e a precarização das relações de trabalho, uma vez que não há emprego para todos, nem políticas sociais voltadas para atender ao segmento da classe trabalhadora apanhadora de café, que está sujeita ao trabalho sazonal.

Isto significa dizer que 80% dos nossos entrevistados têm seus direitos trabalhistas violados, pois não têm nenhum tipo de vínculo empregatício e nem fiscalização por parte do MTE, como relata uma trabalhadora rural, entrevistada.

Aqui em Campo Belo, agente faz denúncia mais o fiscal não vem, o fiscal do Ministério do Trabalho, e quando vem demora um ano, aí a panha acabou. Nós fica (sic) assim, tendo que trabalhar desse jeito mesmo. Olha, uma vez o fiscal veio e o patrão teve que assinar a carteira de todo mundo, mas assinou nossa carteira só um mês. Quando o fiscal foi embora ele deu baixa em tudo, foi só o fiscal sair. (TRABALHADORA A, 2014).

Procuramos o MTE do município para verificar a procedência da informação da trabalhadora, haja vista, que outros trabalhadores fizeram a mesma menção. E quando questionamos o chefe da agência, tivemos a seguinte resposta:

A fiscalização vem se houver alguma denúncia ou pode conter a fiscalização direta, que sai direto da agência de Varginha, com o objetivo de fiscalizar determinada empresa ou fazenda. Mas, no caso do café, o apanhador de café ou o próprio sindicato pode e deve entrar em contato com o MTE e fazer a denúncia por telefone, diretamente na gerência, que fica no município a 120km daqui. A gerência é em Varginha e são, apenas, seis fiscais para atender de 45 a 50 municípios, nessa região. O quadro está muito restrito e tem muito trabalho, então o atendimento é feito por ordem de denúncia e dependendo da gravidade da denúncia, abre-se uma prioridade. O tempo para atender pode demorar, pode levar alguns meses, pois os seis fiscais são para atender todos os municípios da regional. Lembrando que o fiscal vem de Varginha, aqui não tem fiscal do trabalho. (CHEFE DA AGÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2014)

O que percebemos com essas falas é que a fiscalização, também, tem suas limitações, uma vez que não há fiscal na agência do município pesquisado e os trabalhadores são obrigados a trabalhar com os direitos violados e de forma precarizada, pois os órgãos

PROMOÇÃO



APOIO



responsáveis pela fiscalização que podem exigir dos patrões a “garantir minimamente” os direitos sociais estão sucateados. São seis fiscais para atender vários municípios e, neste sentido, a carteira de trabalho (CTPS) que deveria ser assinada como forma de “garantia dos direitos”, no primeiro dia de trabalho, mesmo daqueles que têm vínculo empregatício noutro lugar, não é².

Em relação à saúde do trabalhador, percebemos na fala dos apanhadores de café, que a exposição contínua e prolongada é agente causador de doenças respiratórias frequentes. Vejamos a fala duma entrevistada na pesquisa de campo.

As roupas ficam molhadas quando começa a panhar (sic) o café de manhã cedo, e seca no corpo mesmo, a gente nem lembra de tirar a roupa porque a gente só quer panhar (sic) café, enfia o braço lá dentro da planta e puxa o café, molha tudo, tudinho mesmo, até o rosto fica molhado. No final da panha a gente tá com tosse, com secreção no pulmão, aí a gente vai no postinho se tratar. O médico pergunta aonde nós tava e nós responde (sic): panhando (sic) café, né, doutor! (TRABALHADORA I, 2014).

O contato das mãos é direto com as folhas das plantas molhadas e geladas. Neste sentido, os apanhadores de café, deveriam usar não só as luvas, mas óculos, máscaras e botas. A Nr 31, no artigo 31.20, que trata das Medidas de Proteção Pessoal, nos apresenta os equipamentos que devem ser usados pelos trabalhadores rurais, como direito destes e dever do empregador, em fornecê-los.

Lembramos que “[...] os equipamentos de proteção individual devem ser adequados aos riscos e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento.” Entretanto, esta realidade não foi encontrada em nossa pesquisa (MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 17).

Procuramos saber que tipo de instrumento os trabalhadores “C, L, M, N” recebiam para trabalhar. Eles responderam que recebem um pano para pegar o café durante o dia e a vassoura, para varrer o café, no final do dia. Então, questionamos se os trabalhadores não

² A CTPS pode ser assinada em empresas diferentes, uma vez que não há nenhum artigo, nem parágrafo na CLT que proíba o trabalhador ter dois, três ou mais empregos, e, se não há proibição expressa na lei, significa que ele pode ter duas ou até mais assinaturas na carteira ou realizar contratos de safras simultaneamente. Lembrando que: “Todas as exigências para a validade do contrato de trabalho seriam mantidas, como o são, no & 2º do art. 443 da CLT, para o contrato de prazo determinado.” (ALMEIDA, 1977, p. 22).



recebem luvas para proteger as mãos do frio, das geadas e de picadas de insetos, todos responderam que não, inclusive os trabalhadores que compram o seu material de trabalho.

O que percebemos é que para além de serem superexplorados, os trabalhadores têm seus direitos violados, são obrigados comprar seu material de trabalho. Em caso ocorra acidentes de trabalho, as fazendas estão despreparadas, uma vez que não existe ambulatório para prestar os primeiros socorros. Vejamos a fala dum apanhador, quando questionado sobre acidentes no trabalho: “Nós arruma um carro e leva ele. Avisa a família dele e ele fica lá no hospital e nós volta (sic) pra panha.” (TRABALHADOR M, 2014).

O que percebemos é que as fazendas do município pesquisado não têm estrutura, desrespeitando a legislação trabalhista ou, melhor, violando o direito do trabalhador.

Se é verdade que há cinquenta anos, os trabalhadores rurais padeciam de males facilmente sanáveis, **hoje morrem de desastres de caminhão** ou intoxicados por venenos. **Se antes suas casas tinham chão de terra batida, hoje elas são** de restos de caixotes de madeira ou de folhas de zinco, **nas favelas urbanas**. (GRAZIANO NETO, 1985, p. 77, grifo nosso).

Encontramos em nosso estudo, situações que vem a confirmar a fala Graziano Neto (1985), em se tratando de transporte em caminhão aberto. Ressaltamos que esse tipo de transporte é proibido pela Norma Regulamentadora 31 (NR), do Ministério de Trabalho e Emprego (2005) e pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei n. 9503/97 (BRASIL, 1997).

Concordamos com Prado Júnior (2011, p. 9) quando relata que o trabalho livre não se organizou inteiramente em todo o país, mas, “conserva traços bastante vivos do regime escravista”.

O passado, aquele passado colonial que referi, ainda está presente, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 9-10).

Os trabalhadores estão submetidos a condições de extrema precarização do trabalho impostas, sem direitos, expondo-se aos “riscos no trabalho” e aos acidentes do trabalho.

as condições de trabalho evidenciam claramente o adoecimento provocado pelo processo laboral. Todos os trabalhadores entrevistados queixam de doenças oriundas do trabalho na colheita do café. As mais citadas foram a Lesão por Esforço Repetitivo, dores na

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



coluna, e, as do aparelho respiratório, esta última, via de regra, ocasionada pelas condições insalubres do clima/temperatura.

Na época da colheita, o trabalhador chega ao local de trabalho às 07 horas e tem que suportar geadas, frio, ter contato com as folhas das plantas molhadas e geladas; depois, ao longo do dia, sob sol escaldante tem que suportar altas temperaturas. No final da jornada, entre 16:00 e 17:00, está exposto, novamente, a queda da temperatura. Essa exposição contínua e prolongada é agente causador de doenças respiratórias frequentes como destaca a trabalhadora, entrevistada na pesquisa de campo.

As roupas ficam molhadas quando começa a panhar o café de manhã cedo, e seca no corpo mesmo, a gente nem lembra de tirar a roupa porque a gente só quer panhar (sic) café, enfia o braço lá dentro da planta e puxa o café, molha tudo, tudinho mesmo, até o rosto fica molhado. No final da panha a gente tá com tosse, com secreção no pulmão, aí a gente vai no postinho se tratar. O médico pergunta aonde nós tava e nós responde: panhando café, né, doutor! (sic) (TRABALHADORA I, 2014).

Há de se destacar, ainda, a sobrecarga de trabalho à medida que o salário é por produção e que as possibilidades de auferir melhores ganhos só ocorre nesse período restrito da colheita. O trabalhador realiza um esforço excessivo no sentido de conseguir ganhar o que lhe permita sobreviver depois do período de colheita/panha. Esse esforço por conseguir colher mais e receber mais, para garantir sua sobrevivência é destacado nas falas dos trabalhadores abaixo:

Junto dinheiro na colheita, na época da panha e quando não tem panha não faço nada, eu fico assim na rua conversando, na praça, nas esquinas. Sou considerado aqui no bairro o melhor panhador (sic) de café, eu trabalho muito. Eu fico 05 meses panhando (sic) café e o resto do ano eu fico de boa, sem fazer nada, não trabalho com outra coisa, só com o café porque me dá dinheiro para ficar assim, sem fazer nada. (TRABALHADOR O, 2014).

Quanto mais se panha (sic) café, mais se ganha, pois a gente ganha por balaio. Eu comprei até um braço mecânico para me ajudar na panha (sic). Eu defino a minha hora de trabalho, se eu quero ganhar mais eu vou trabalhar mais. (TRABALHADORA D, 2014).

A fala dos trabalhadores nos remete aos estudos de Marx (2010, p. 63) quando relata que “o operário procura manter a massa do seu salário trabalhando mais, seja trabalhando mais horas, seja produzindo mais no mesmo tempo”, com isso, passa a viver para o trabalho, numa rotina diária de acordar cedo para trabalhar, para tanto, precisa dormir cedo, enquanto o tempo necessário para vida social vai ficando em segundo plano ou no esquecimento, na

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“ilusão” ou necessidade de ganhar mais, “faz concorrência a si mesmo, a si mesmo como membro da classe operária”.

Com relação ao período de entressafra, partimos da hipótese que muitos trabalhadores procuram os programas proteção social ou, quando adoecidos, recebem o auxílio-doença/Previdência Social, todavia nossa hipótese não foi confirmada, mas constatamos que os trabalhadores não procuram os programas sociais, dada as condicionalidades, as quais não atendem aos trabalhadores entrevistados.

Em relação a Previdência Social, nenhum trabalhador entrevistado procurou o auxílio-doença, ou quaisquer outros benefícios, mesmo quando um dos trabalhadores teve o dedo amputado na polia de café, tendo em vista sua condição de trabalhador informal “desprovido de direito”, na época.

O trabalho nas “ruas das fazendas de café”, como assim denominam os trabalhadores, é periódico, tendo em vista o ciclo de frutificação “natural”, que “depende da natureza”, das plantas, da colheita do café, que vai de março a outubro. É importante ressaltar que, dos 20 (vinte) trabalhadores entrevistados, em nosso estudo, apenas, 04 tem carteira de trabalho assinada³, 14 vivem na informalidade, sem nenhum tipo de contrato de trabalho e 02 são trabalhadores de outros ramos, que tiram férias no mês de junho para apanhar café, acreditando que o café “dá dinheiro”, apenas uma apanhadora é do Estado do Rio de Janeiro, migrou para o município quando criança, na companhia dos avós e os demais, são da região de Campo Belo MG.

O processo de trabalho nas fazendas de café deveria se pautar pela legislação trabalhista, resultado de conquistas dos trabalhadores, ou seja, deve ser regido por contrato de trabalho ou contrato de safra, seja ele formal ou informal, o que não encontramos em nossos entrevistados e quando procuramos ao Sindicato do Trabalhador Rural (STR), fomos informados que a cultura do município é o trabalho informal ou de meeiros, quando a secretária nos informou que:

Desde 2006 que trabalho no sindicato, apenas, 02 trabalhadores rurais são sindicalizados, pois para ser associado ao sindicato é preciso um comprovante escrito que ele trabalha no meio rural e os proprietários de terra não assinam carteira, nem fornecem declaração. Então fica difícil para o trabalhador rural. (SECRETÁRIA DO STR, 2014).

³ Trabalhadores que permaneceram na fazenda, no período pós-colheita haja vista a necessidade de cuidados com a plantação/processo semeadora.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Observamos as condições de trabalho bem precárias e o desrespeito a legislação social ocorre com frequência. Além disso, posterior ao período de colheita, muitos trabalhadores ficam desempregados à espera da próxima safra, ou, optam em fazer “bicos” como bem relata a fala da entrevistada, abaixo.

Hoje a gente trabalha assim um tempo na roça outro tempo na cidade fazendo bicos, hoje eu tô (sic) fazendo bico, tirando linha de peças de calças jeans, ganho por peça. Mais se eu pudesse eu estava trabalhando na roça direto porque tenho amor. Cada panha (sic) de café tem um preparo, adubação, plantação, tudo isso aí, eu já fiz né! Capina de milho, de feijão, eu fiz de tudo, ah se eu pudesse, eu estava na roça mesmo, trabalhando direto lá, podia ser na chuva, no sol, porque eu tenho amor na roça. (TRABALHADORA N, 2014).

Observamos que há poucas alternativas de trabalho em municípios de pequeno porte da região Sul de Minas, frente a isso questionamos: O que fazem os trabalhadores da cultura cafeeira, na condição de desempregados temporários e na luta pela sobrevivência?

Observamos que os trabalhadores apanhadores de café, “passam pela vida” ora fazendo bicos, ora “fazendo nada”, uma vez que não há emprego para todos, nem políticas sociais voltadas para atender ao segmento da classe trabalhadora apanhadora de café, que está sujeita ao trabalho sazonal, somente dois trabalhadores: “D” e “E” tem vínculo empregatício, noutro ramo.

E ainda, diante de um quadro de desemprego, banimento dos Sindicatos e retração do Estado, ocorre, cada vez mais, esforços excessivos as novas exigências do “mundo globalizado”, por meio do uso de recursos eletrônicos, informática e práticas administrativas. Estas novas exigências, presentes nos ambientes e relações sociais de trabalho, também vulnerabilizam a saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, 2008; ANTUNES, 1999).

Em relação ao maquinário de produção ou a “modernização da agricultura”, os apanhadores não se queixaram com o trabalho da colhedora de café ou outros maquinários/equipamentos inseridos na colheita, aliás, alegaram que muitas fazendas do município pesquisado preferem o trabalho manual em detrimento do trabalho mecanizado, tendo em vista a “delicadeza” do café.

Quando questionamos sobre os equipamentos de proteção individual, como luvas, roupas e calçados apropriadas, todos os trabalhadores responderam que não utilizam, apenas, uma trabalhadora relatou que utiliza o filtro solar para evitar queimaduras do sol no rosto.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Quando lembro eu uso fiação, mais eu uso só o protetor solar pra evitar queimar o rosto. Eu também só passo no rosto porque o resto do corpo não precisa, a gente transpira muito e se passar no corpo fica grudento, já basta a gordura do café nas mãos. (TRABALHADORA N, 2014).

Percebemos que um grande número de trabalhadores é descartado com a modernização da agricultura. No caso da colheita de café, semestralmente, há um grande número de descarte da mão de obra, devido a demanda sazonal da produção do café que tem a maior parte dos tratos da cultura, sendo feita de forma mecanizada ou com insumos químicos.

Sobre esta questão, perguntamos aos trabalhadores se eles usam Equipamentos de Proteção individual (EPIs) para proteger dos raios solares, todos responderam que não, apenas, usam chapéu. Vejamos a fala duma entrevistada: “Nada fiação, aqui nós só usa (sic) protetor solar quando nós lembra (sic) de comprar, agora o chapéu eu uso todos os dias e vejo meus colegas usar também.” (TRABALHADORA T, 2014).

Observamos que a exposição ao sol e aos riscos de picadas de insetos e de outros acidentes é uma condição usual entre os trabalhadores, acreditamos que isto ocorre por desconhecimento de seu direito, uma vez que os patrões são obrigados a conceder os EPIs, gratuitamente, para protegê-los desse tipo de vulnerabilidade, conforme rege o artigo 31.20, da Nr 31.

Na panha, trabalho para dormir e durmo para trabalhar. Acordo cedinho e durmo cedinho, também não aguento fazer mais nada, fico muito cansada. Ah, quando chego em casa eu tenho que deixar o almoço do outro dia encaminhado, para levar pro café, porque lá, a gente leva a boia fria, esquentada no foguinho e come no mato, de baixo duma árvore. Descansa no máximo 15 minutos, descansa um pouquinho e já volta pro (sic) serviço, de novo. Quando chego em casa não aguento fazer nada, os braços ficam cansados, o serviço de casa eu só faço no final de semana. (TRABALHADORA S, 2014).

Com a fala da entrevistada, é visível os riscos do adoecimento e do agravamento à saúde dada as condições de trabalho e poderíamos analisar muitas outras questões, sobretudo as relacionadas aos direitos, tendo em vista que estes estão desprovidos de direitos fundamentais, como direitos trabalhistas, saúde; propriedade da terra e o amparo dos direitos trabalhistas. Muitos trabalhadores rurais trabalham em condições precárias e com vínculo informal (MARTINS, 1993).

PROMOÇÃO



APOIO



A precarização do trabalho instaurada em fins do século passado, quando as estratégias econômicas e políticas para salvar o desenvolvimento econômico se pautaram na anulação dos direitos sociais e trabalhistas, bem como em mudanças na organização científica do trabalho. (LOURENÇO, 2008, p. 1-2).

3 CONCLUSÃO

Observamos que o tempo histórico da cultura cafeeira no Brasil não acompanhou o tempo histórico dos demais países, todavia, os processos de exploração da mão-de-obra são semelhantes, o que restou aos trabalhadores rurais foi a opção de migrar ou deslocar-se em condições incertas e sem qualquer proteção, para outras cidades em condições precárias de trabalho, riscos e agravo a saúde.

No decorrer do estudo, percebemos que dentre a exploração e a violação de direitos, a saúde do trabalhador foi uma das questões que nos chamou mais atenção, mesmo que essa categoria de análise não tenha sido o foco central da Tese.

Ressaltamos que, as condições de trabalho evidenciam claramente o adoecimento provocado pelo processo laboral, assim, evidenciamos em nossa tese, pois todos os trabalhadores entrevistados queixam de doenças oriundas do trabalho na colheita do café. As mais citadas foram dores no braço, que podem ser caracterizadas pela Lesão por Esforço Repetitivo, e, as do aparelho respiratório, esta última, via de regra, ocasionada pelas condições insalubres do clima/temperatura.

Por fim, almejamos que este artigo sirva de base para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei 9503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Poder Legislativo Brasília, DF, 24 set. 1997. Seção 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10600462/artigo-230-da-lei-n-9503-de-23-de-setembro-de-1997>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, DF, ano 3, n. 3, p. 9-32, 2001.

LOURENÇO, Edvania Angêla de Sousa. O mundo do trabalho adocece. Revista da RET, Marília, ano 2, n. 3, p. 1-36, 2008.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. L. 1. v. 1.

_____. O capital: crítica da economia política. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. L. 1. v. 2.

_____. Trabalho assalariado e capital: Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PAULO NETTO, José. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO, AÇÃO SINDICAL E SAÚDE DO TRABALHADOR: o assédio moral e a especificidade da universidade pública federal

Meiryellem Pereira Valentim

RESUMO

Este trabalho pretende evidenciar a relação da ação sindical no serviço público federal, mais especificamente em uma universidade pública federal, com a saúde do trabalhador. Optou-se pela realização de uma pesquisa de cunho qualitativo, fundamentada no referencial histórico-dialético, em uma perspectiva crítica do sindicalismo e da saúde do trabalhador, considerada a partir da universidade analisada. O estudo de caso foi adotado como metodologia de investigação, situando-a na interface entre a ação sindical e a saúde do trabalhador, compreendida como uma inter-relação necessária. A principal técnica de coleta de dados realizada foi a entrevista semiestruturada, previamente elaborada e aplicada remotamente através de videoconferência com 15 trabalhadores. Os resultados da pesquisa permitem registrar: as novas configurações do trabalho fragilizaram a organização dos sindicatos; e, o assédio moral no trabalho é evidenciado como resultado da associação entre a precarização do trabalho, falta de coletividade dos trabalhadores e o descaso com a saúde.

Palavras-chaves: Ação Sindical. Saúde do Trabalhador. Assédio moral.

ABSTRACT

This work intends to evidence the relationship between the syndicate action in the federal public service, more specifically in a federal public university, with worker health. We chose to carry out a qualitative research, based on the historical-dialectical framework, in a critical perspective of trade unionism and workers' health, all of them were considered from the analyzed university. A case study was adopted as research methodology, placing it at the interface between syndicate and workers' health, which was understood as a necessary interrelation. The main data collection technique carried out were based on semi-structured interviews, previously prepared and remotely applied through videoconference, to 15(fifteen) workers. The research allow you to register: the new work configurations weakened the organization of syndicates and, The moral harassment at work is evidenced as result of the association between the precariousness of work, the lack of collectivity between workers, and the neglected health services.

Keywords: Syndical Action; Worker's health; Bullying

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado decorre do resultado da tese *Trabalho em vertigem: ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública federal em tempos de ultraneoliberalismo e de pandemia de covid-19*, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. É fruto de inquietações sobre a relação da ação sindical com a saúde do trabalhador em uma universidade pública federal.

A hipótese central que norteou a investigação foi a de que o espaço sindical, fundamentado em princípio classista, combativo e organizado pela base, é estratégico para o fortalecimento coletivo e poderia contribuir para a valorização da saúde do trabalhador. Neste contexto, foi realizado um estudo de caso em uma Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os setores que compuseram a pesquisa foram o sindicato dos docentes, sindicato de técnicos administrativos e a unidade de saúde do trabalhador, haja vista serem os setores que materializavam as ações sindicais e as práticas de valorização de saúde do trabalhador. Ratifica-se que, a fim de preservar o sigilo da unidade investigada, não foi exposta a nomenclatura oficial dos sindicatos e do setor de saúde do trabalhador, denominados para fins da pesquisa exclusivamente como: sindicato docente (SD), sindicatos dos técnicos administrativos (STA) e unidade de saúde do trabalhador (UST).

Como sujeito-objeto à decisão, foram entrevistados os dirigentes sindicais de ambos os sindicatos, totalizando quatro entrevistas, sendo dois coordenadores-gerais do STA, a presidente e o vice-presidente do SD. Em relação à unidade de saúde do trabalhador, foram entrevistados os responsáveis por cada eixo que compõe o setor: promoção em saúde, vigilância em saúde e segurança do trabalho, perícia oficial em saúde, e a coordenação-geral do setor, e a assistente social representando um total de cinco entrevistas. Foram acrescentados também trabalhadores com vínculos contratuais diferenciados junto à universidade analisada que tiveram a prerrogativa de vivenciar experiências vinculadas aos respectivos sindicatos. Nesse sentido, foram incluídos: docente e técnico do quadro efetivo da universidade, professor substituto, trabalhador terceirizado do quadro técnico, trabalhador terceirizado que

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



pertencesse ao quadro de serviços gerais e um trabalhador reintegrado⁴. O total de entrevistados para a pesquisa foi de 15 trabalhadores.

Os desafios e as complexidades que envolveram a investigação, cuja construção não está desvinculada dos movimentos e da transformação da sociedade, ocorreram a partir do materialismo histórico-dialético sustentado por Marx. O trabalho é o eixo central para a compreensão do fenômeno, a organização do Estado, neste íterim, resulta da contradição entre capital e trabalho. A problemática da pesquisa foi aportada na perspectiva crítico-dialética, que tem, nas obras marxianas, o aporte teórico principal para a compreensão de conceitos-chave, necessário para análise da sociedade burguesa.

O assédio moral não foi objeto de análise da pesquisa, contudo, a temática figurou em todas as instâncias que compuseram a pesquisa. A saúde do trabalhador foi perpassada por questões relacionadas à saúde mental e a diferentes formas de violência no trabalho, com privilégio para o debate sobre assédio moral e sua incidência não é linear, mas integra o debate sobre divisão sociosexual e racial do trabalho.

Identificou-se uma baixa produção acadêmica científica que expressa a relação entre ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública. Há um destaque relevante que associa a universidade ao trabalho docente, e não considera os demais trabalhadores que compõem a universidade, como os trabalhadores técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados. É relevante notar que a precarização do trabalho nas universidades atravessa a temática em todas as suas expressões, estando associada à relação trabalho, saúde e doença.

Neste caminho, o trabalho aqui exposto pretende apresentar parte do resultado alcançado com a tese. Especificamente, a proposta é abarcar a relação entre ação sindical e a saúde do trabalhador e a constituição do assédio moral neste íterim, trazendo a especificidade deste processo em uma universidade pública federal. Portanto, pretende-se problematizar a relevância da ação sindical para a saúde do trabalhador.

2 TRABALHO, ESTADO E SAÚDE DO TRABALHADOR

⁴ Os “reintegrados” ou “anistiados” são os trabalhadores demitidos em massa do setor público, entre 1990 e 1992, e que a este retorna somente a partir do ano de 2009, conforme definição contida na Lei nº 8.878/1994 – conhecida como a “Lei de Anistia”.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A saúde é um “direito de todos e dever do Estado” assinalada a Constituição Federal de 1988, Artigo 196. Este artigo amplamente propagado e difundido traz uma ideia de naturalização do papel do Estado no cumprimento dos preceitos legais a ele atribuídos. Contudo, faz-se necessário entender o Estado e a conceituação deste complexo aparato e sua relação com a sociedade, para então apreender as atribuições a ele conferidas, partindo-se da premissa de um Estado que não é neutro, ao contrário, é um espaço de disputa, perpassado por diferentes interesses e relações de poder que o compõem.

O Estado assume o protagonismo na discussão, e se coloca como gestor do serviço público federal, cenário de localização das universidades federais, alvo deste trabalho. A função do Estado na contemporaneidade tem sua gênese nas metamorfoses do trabalho, cujas transformações mais profundas decorrem da década de 1970. Presente desde o pós-guerra, o fordismo-keynesianismo sofre esgotamento oriundo da queda da taxa de lucro devido ao excesso de produção, da hipertrofia da esfera financeira, da crise do *Welfare state* ou do “Estado de bem-estar social” e do incremento acentuado das privatizações, uma “combinação entre desemprego e inflação acelerada” (HARVEY, 2014, p. 23). Antunes (2009, p. 44) destaca “a confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70”. E Netto (2017, p. 42) acrescenta elementos como a crise do socialismo real e “a curva decrescente da eficácia econômica-social da ordem do capital.

O capital se reorganiza em resposta a sua própria crise, imprime mudanças na esfera da produção e nas relações de trabalho e opera em busca de novas formas de produzir e gerir o trabalho, engendrando um processo de reestruturação produtiva cujo propósito precípua é a valorização do próprio capital. Alves (2013, p. 40) declara que “a crise estrutural do capital não significa a estagnação e colapso da economia capitalista mundial, mas sim a incapacidade de o sistema produtor de mercadoria realizar suas promessas civilizatórias”. Assim, eclode a modificação da produção e no incremento de um novo padrão de acumulação, o toyotismo, baseado na robótica, na microeletrônica, na automação, na dispersão geográfica através de fusões e de medidas para acelerar o tempo de giro do capital, tendo como foco a flexibilização das relações de trabalho, do processo de produção, de produtos e padrão de consumo. Para Antunes (2015, p. 47), “outro ponto essencial do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores”.

O capitalismo se reestrutura na esfera da produção e na esfera política através do neoliberalismo, o que corrobora para a reorganização do próprio Estado. Netto (2012, p. 47) vê o projeto neoliberal caracterizado pela “tríplice mote: flexibilização (da produção e das relações de trabalho), desregulamentação (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal)”, alicerçado no refinamento das formas de expropriação, reforçado pelos aparatos ideológicos, que impulsiona as individualidades, desarticulando o coletivo e diminuindo a capacidade de oposição e reivindicação

A hegemonia da financeirização abarca todas as esferas da vida social e contribui para a reorganização do próprio Estado, que tem sua atuação mais focada na gestão financeira, fazendo uso, inclusive, da coerção para garantir esta função. Em *A ideologia alemã* (1846), Marx e Engels estabelecem uma percepção contrária aos pensadores que os precederam, pois rompem com a ideia do Estado como representante dos interesses particulares e coletivos, apontando ser ilusório esse lugar de representação do coletivo, haja vista o fato de estar “sempre vinculado à classe dominante e constituir o seu órgão de dominação” (MARX, 2001, p. 31). Os autores demonstram sua aplicação atemporal sobre o capitalismo, e nos revela o caminho para depreender o porquê; as ideias neoliberais se projetam no contexto de flexibilização do direito do trabalhador. No ideário neoliberal, a crise é consequência do poder excessivo depositado nos sindicatos e movimentos reivindicatórios em prol de melhores salários e da pressão dos operários sobre o Estado por mais investimentos em gastos sociais.

Na sociabilidade capitalista, a santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha devem ser protegidos. O Estado tem, portanto, que “usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essa liberdade” (HARVEY, 2014, p. 75). O Estado favorece ao dono do capital, e este utiliza o desejo do trabalhador, que almeja o reconhecimento e o aprimoramento de seu trabalho para espoliá-lo durante todo o processo. Em nome da “autonomia” e da “responsabilização”, ocorrem as inúmeras disfunções de organização e falha no trabalho, e o resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (LINHART, 2014, p. 46). Os serviços públicos, ao serem privatizados, são absorvidos pelo trabalhador, transferindo ao mercado serviços antes prestados pelo Estado, inclusive os essenciais, como saúde e educação.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Enquanto no cenário mundial, a década de 1980 representa um retrocesso na conquista por direitos sociais, o Brasil experiencia momentos de lutas e reivindicações, com ascensão de movimentos sociais, e organização sindical. Destacamos a organização em prol da democratização da saúde que constituiu o movimento de reforma sanitária, através do qual a concepção de saúde foi ampliada, incorporando o trabalho como fator condicionante do processo saúde-doença. Neste ínterim, constituiu-se o campo de saúde do trabalhador, tendo como meta a busca pela compreensão do processo saúde/doença e as relações de trabalho que o compõem, para, assim, intervir nos problemas detectados, de forma a considerar as ações técnicas operacionais e, também, a subjetividade do trabalhador neste processo.

A Constituição Federal de 1988 abarcou uma série de reivindicações expressas por estes movimentos. A saúde do trabalhador, como resultado desta luta, passou a ser incorporada pelo Ministério da Saúde (MS), sendo uma área da Saúde Pública que prevê o estudo, a prevenção, a assistência e a vigilância dos riscos e agravos à saúde, relacionados ao trabalho. É campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) definido no Art. 200 da constituição, em diferentes níveis, que dispõe sobre a execução de ações de saúde do trabalhador e a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Em relação à saúde do servidor público, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no Art. 39, em sua redação original, que a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e suas autarquias e fundações públicas deveriam formar um regime jurídico único para seus servidores. No âmbito federal, por meio da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, foi criado o Regime Jurídico Único (RJU). O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), normatização do RJU no serviço público federal, instituído através do Decreto nº 6.833/2009, cujo tripé de atuação é: vigilância e promoção à saúde; vigilância aos ambientes e processos de trabalho e perícia em saúde.

Os trabalhadores do serviço público federal regidos pelo RJU possuem a estabilidade como principal atrativo, o que desperta o desejo de ingresso neste serviço por grande parte da população. Contudo, em mais uma contradição do sistema capitalista, os trabalhadores deste setor possuem uma legislação de proteção tardiamente promulgada e precárias ações fiscalizatórias sobre seu cumprimento. Os cargos de gestão, por exemplo, nem sempre são designados sob critérios de competências de gestão, mesmo que haja aparatos legais que subsidiem a ação, mas, por indicação política, perpetuando uma metodologia de gestão que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

propicia ações de violência no trabalho, manifestadas através de agressões físicas, insultos verbais, discriminações nos campos racial, religioso, de deficiências, sexual e assédio moral. São limitações legais, operativas e políticas que refletem a insuficiência de ações em prol da promoção da saúde dos trabalhadores.

Mediante o exposto, crescem as pautas e as demandas que subsidiam a organização e luta dos trabalhadores, e o espaço sindical é um lugar fundamental não apenas para instituição destas pautas, como para apreensão e formação de uma consciência de classe e a organização dos trabalhadores. Rosa Luxemburgo (2018) traz uma contribuição acerca da *consciência de classe*, declarando que as grandes transformações históricas não são as fabricadas pelas organizações políticas, mas, sim, que “a consciência de classe é antes criada na ação produzida pela leitura de obras teóricas marxistas, ou de panfletos revolucionários” (2018, p. 78).

2.1 Ação sindical no contexto das universidades públicas federais e a saúde do trabalhador: uma inter-relação necessária

O espaço universitário é constituído por profundas desigualdades sociais, representativas do capitalismo, mas é também um lugar de construção, problematização e propagação de conhecimento capaz de impactar toda a sociedade, tal como expressa Luxemburgo (1997), “Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender”.

O Brasil dispõe de um total de 69 universidades públicas federais responsáveis pela produção de conhecimento e desenvolvimento científico e tecnológico, que prestam serviços fundamentais a toda a sociedade, firmados no preceito constitucional que assegura a tríade: ensino, pesquisa e extensão. A comunidade universitária é composta pelo corpo discente, docente e técnico-administrativo em educação (TAE). A composição dos trabalhadores de uma universidade federal engloba os servidores estatutários, os docentes e os técnicos-administrativos em educação, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), divididos entre duas categorias profissionais vinculadas a atividades fins e a atividades meio, respectivamente. Além de trabalhadores terceirizados regidos pela CLT, vinculados à atividade meio.

As atividades fins estão ligadas ao ensino através da Graduação e da Pós-Graduação – *stricto e lato sensu*. A pesquisa ou investigação científica também ocorre no âmbito da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Graduação e da Pós-Graduação, e a extensão é marcada por diversas atividades de cunho cultural, de formação, saúde e exercício da cidadania. As atividades meio estão vinculadas à gestão acadêmica e administrativa e podem ser exemplificadas como gestão administrativa e de pessoal, planejamento estratégico institucional, sustentabilidade financeira, políticas internas voltadas ao combate à evasão discente, adequação das bibliotecas, laboratórios e das salas de aula e, o mais relevante para este estudo, as atividades de saúde do trabalhador.

Necessariamente há uma inter-relação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, porém, para que sua execução seja possível, há uma sucessão de processos que estão diretamente vinculados às atividades meio. As atividades meio, em sua maioria, não possuem visibilidade social e são apreendidas como apoio às atividades fim, além disso, estão vinculadas a outros processos produtivos.

Este movimento gera tensão entre o corpo docente e os TAEs da universidade. Os técnicos-administrativos são vinculados à execução das atividades meio e, por muitas vezes, preteridos em relação à própria política interna da universidade, postos à margem de processos decisórios e das políticas de gestão. Codo (2002) registra a fragmentação dentro do serviço público entre planejamento e execução, o que potencializa o isolamento entre os trabalhadores e desintegra os TAEs, que ficam distantes do resultado do trabalho.

Martins e Ribeiro (2018, p. 517) assinalam que, na universidade, as atividades acadêmicas e administrativas coexistem e são mutuamente dependentes, o que imputa aos TAEs um lugar “fundamental e estratégico para o funcionamento dessas instituições, por isso não se pode determinar níveis de importância entre os atores institucionais”. As diferenças entre os corpos técnico e docente é acentuada pela própria Lei nº 9.394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Esta determinação legal é um ponto fundamental de dicotomia entre docentes e técnicos-administrativos. Através de lutas políticas protagonizadas por sindicatos no âmbito

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) e, também, por sindicatos locais docentes e de técnicos administrativos, as universidades públicas adotaram a prática de realizar “consulta informal” à comunidade universitária para a escolha de reitores, observando a proporcionalidade paritária entre discentes, docentes e TAEs, onde cada segmento representa 33,3% dos votos. O resultado é submetido ao CONSU, instância máxima da universidade formada com base na LDB, ou seja, composto por 70% de docentes que ratificam a escolha vencedora da consulta à comunidade universitária. Tal prática é alvo de inúmeros embates políticos existentes no âmbito interno e externo da universidade, com ações, inclusive, no âmbito jurídico, buscando contornar o procedimento e, em muitos casos, o resultado da consulta não é respeitado pela própria universidade, com alterações no próprio colegiado.

Apesar de a consulta à comunidade acadêmica ser um importante “avanço”, as diferenças de tratamento e a representatividade permanecem, pois os colegiados são formados com base na disparidade entre o corpo docente e as demais categorias, assim como as deliberações e as medidas de gestão da universidade não necessariamente representam o interesse de discentes e técnicos, acarretando desigualdades presentes no cotidiano profissional que potencializam divergências e violências no trabalho. Estas diferenças são alvo de debates no âmbito político, com participação ativa dos sindicatos, e experienciadas no cotidiano dos trabalhadores no interior da universidade.

Neste complexo cenário que engloba os trabalhadores da universidade, estão incluídos os trabalhadores terceirizados, vinculados à atividade meio. Druck et al. (2018) sinalizam que as terceirizações nas universidades públicas decorrem das transformações econômicas e dos cortes orçamentários e aparecem como uma alternativa de modelo de subcontratação de trabalho. A terceirização impõe aos trabalhadores uma situação de desigualdade, em que “recebem menos, trabalham mais, convivem diariamente com a insegurança e a falta de representação sindical” (LEITE; HENIG, 2020, p. 9).

A partir deste cenário, o processo investigativo contou com a etapa de aplicação de entrevistas semiestruturadas, e alguns destaques contribuem para trazer materialidade à construção da relação entre ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pública federal. O primeiro registro refere-se à coordenação do STA, que é formada por uma mulher e um homem negro, e este tema atravessa muitos embates na unidade.

Eu, particularmente, por ser mulher e negra, era duplamente atacada, e isso me fez criar mais resistência, eu não posso me permitir recuar, não posso me dar esse direito. Enfrentei muitas coisas na vida e não vou abaixar a cabeça agora por defender o que eu acredito (COORDENADORA-GERAL DO SINDICATO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, 32 anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021).

A trajetória de luta das mulheres no movimento sindical perpassa pela própria história de opressão das mulheres na sociedade, e a ampliação da participação feminina corrobora o momento de reestruturação e de renovação do próprio sindicato. A diversidade de trabalhadores e trabalhadoras e suas especificidades, as bandeiras propostas pelo movimento feminista e as questões raciais e de LGBTfobia trouxeram pautas complexas a serem debatidas e promovidas no espaço sindical. O relato da coordenadora-geral do sindicato de técnicos da universidade analisada expressa a complexidade da temática e obseca o debate sobre a diversidade nas universidades e no espaço sindical, além do papel que estas instâncias devem assumir na construção de políticas públicas na área de educação e no trabalho, tendo como foco a saúde.

Em continuidade, atendendo à lógica do capital, exacerbada em tempos ultraneoliberais, há um constante ataque à coisa pública no Brasil e, conseqüentemente, ao trabalhador do serviço público. A falta de investimento em universidades públicas e o corte de verbas para educação e pesquisa são rotineiros. O servidor é constantemente colocado sob suspeição pela sociedade. Internamente, estas práticas são perpetuadas, a precarização do trabalho é naturalizada pelos pares de trabalho e a gestão, mesmo exercida por outro servidor, reproduz e multiplica tal prática. Assim, nos últimos anos, observa-se o aumento da violência no trabalho na universidade, manifestada de diferentes maneiras, como assédio moral, insultos verbais, discriminações, perseguições, troca de setores sem critério técnico ou aviso prévio, designação de funções genéricas que subutilizam o trabalhador, dentre outras.

Souza e Ducatti (2017, p. 87), ao analisarem o assédio moral no trabalho, o fazem como uma forma de gestão que encontra suas raízes no modo como o trabalho está

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



organizado na sociedade capitalista, se caracterizando por “um conjunto de condutas praticadas por um chefe hierárquico ou pessoa detentora de poder, que sistemática e repetitivamente atua sobre o fazer profissional do/a trabalhador/a e contra sua subjetividade”.

A presidente do SD traz à tona a dificuldade em estabelecer uma política contra o assédio moral na unidade, em função de uma limitação jurídica, pois o opressor é também um associado do sindicato.

Convidei a coordenadora do STA para pensar sobre assédio na universidade, pois entendo precisar ser uma discussão coletiva. Neste ponto, a assessoria jurídica não está sendo legal, ela afirma que não pode agir, porque o outro lado também é associado. (PRESIDENTE DO SINDICATO DOCENTE, mulher branca, 60 anos, heterossexual, doutora em educação, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

A naturalização e a perpetuação deste modelo são experienciadas no cotidiano. Romper com esta lógica é apoderar-se de uma consciência de classe, sem a qual não é possível romper com o ciclo. O enfrentamento do assédio moral e da violência no trabalho deve ser coletivo, pois, como já indicava Marx, “a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (MARX, 2005, p. 151).

As estratégias de enfrentamento do assédio moral na UST da universidade analisada não estão descoladas das contradições e complexidades inerentes ao trabalho no capitalismo e há divergências por parte de membros da própria equipe. O aspecto legal, tal como evocado pela presidente do SD, é novamente apontado.

A gente, às vezes, está no meio do caminho, que é uma posição muito delicada, nós somos a saúde do trabalhador, mas a gente é baseada em leis que são o empregador quem tem que cumprir, a gente fica no meio do caminho e é muito complicado a gente tomar um partido, tomar um lado, como se tivesse um lado, mas não tem. (COORDENADOR DO EIXO VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, homem branco, 39 anos, heterossexual, engenheiro de segurança do trabalho, três anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Relação sindicato e saúde é muito relevante, as pessoas querem gritar e o fato de existir um espaço para isso é muito relevante. Os gestores entendem que os trabalhadores não estão sozinhos. Eu sou

PROMOÇÃO



APOIO





sindicalizada e entendo ser muito importante para a saúde do trabalhador (COORDENADORA DO EIXO PROMOÇÃO EM SAÚDE – UST mulher, branca, 56 anos, heterossexual, psicóloga, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

A gestão do sindicato expressa sua posição em relação à UST e à possibilidade de um trabalho coletivo.

A UST pensa que sindicato é sindicato e que eles são outra instância, eles estão vinculados à administração. Eles entendem que o papel do STA é só cobrar, mas nós dissemos que não, queremos caminhar juntos. (COORDENADORA-GERAL DO SINDICATO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, 32 anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Eu sofro assédio moral do chefe do meu departamento há muito tempo e gostaria muito de debater a pauta. Tive uma grave depressão e não encontrei apoio na universidade e nem no SD. Não é apenas por isso que quero ir para o STA, mas sei que eles debatem a pauta, sei que eles discutem saúde do trabalhador (DOCENTE - BASE DE SINDICATO DOCENTE, mulher branca, 46 anos, heterossexual, doutorado em Química Biológica, 14 anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

A temática assédio moral, violência no trabalho e adoecimento mental, novamente é destacada a partir de um relato pessoal da trabalhadora. Embora, segundo a OMS, existam mais de 264 milhões de pessoas que sofrem de depressão, uma das principais causas de incapacidade, e absenteísmo no trabalho, ainda é uma temática alvo de preconceito, que coloca em dúvida o relato do trabalhador. O assédio moral, como resultado de uma prática de gestão, está incluído no bojo deste debate, tendo na invisibilidade um de seus pilares fundamentais e, segundo Souza e Ducatti (2017), o caminho de construção do enfrentamento deste fenômeno é coletivo, portanto, fortalecer o coletivo dos trabalhadores é uma saída para esta situação.

Laurell e Noriega (1989, p. 147), ao analisarem o trabalho operário, registram que o desgaste não pode ser entendido como “simples resultado de uma constelação de fatores de risco, mas sim é expressão concreta da dinâmica que se estabelece entre a base técnica, a organização e a divisão do trabalho e a organização social dos trabalhadores”. Nesse sentido,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

é preciso considerar os relatos dos trabalhadores que foram sujeitos-objetos da pesquisa em sua totalidade, mediante um cenário de precarização do serviço público e constantes cortes orçamentários. A universidade vivenciou um processo de sucateamento acirrado no governo Bolsonaro, que reverberou em toda comunidade universitária e contribuiu para precarização do trabalho e para saúde dos trabalhadores.

O espaço sindical é tensionado, há uma correlação de forças, sua organização é formada por trabalhadores e sua existência é intrínseca ao próprio capitalismo. Dessa forma, as ações sindicais que efetivamente podem intervir na relação saúde/trabalho referem-se a um sindicato cuja fundamentação seja classista, combativa, formada pela base e contra a ordem hegemônica. Manter estes princípios no cotidiano da prática sindical, dessa maneira, parece ser o desafio.

3 CONCLUSÃO

No transcorrer da investigação sobre a relação entre ação sindical e saúde do trabalhador, efetivou-se a potencialidade do espaço sindical como um lugar de luta e formação. É preciso reconhecer o espaço sindical no interior de uma universidade pública federal como um lugar possível de resistência aos avanços neoliberais e aos elementos fascistas que marcam a atual conjuntura brasileira, capaz de representar um obstáculo, uma oposição à dinâmica do capital, porém, considerando os interesses econômicos que atravessam o ensino em uma universidade pública federal.

Evidencia-se a existência de uma dupla dimensão, marcada inicialmente por uma contradição real do ponto de vista histórico-ontológico, caracterizada, “de um lado, pelo reconhecimento pleno dos limites do sindicalismo diante do movimento do capital e, por outro lado, pela defesa intransigente do valor dos sindicatos (e das lutas operárias de caráter econômico)” (ALVES, 2003, p. 335).

Os trabalhadores do serviço público federal vivenciam a precarização e o sofrimento não pela alta rotatividade do trabalho e demissões, mas pelo isolamento e pelas mudanças constantes de setores sem nenhum diálogo na sua colocação em funções com as quais não possuem nenhuma identificação. O assédio moral despontou como uma das principais demandas dos trabalhadores, atrelado a uma forma de gestão do trabalho que afasta o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalhador e o coloca à margem da organização de seu próprio trabalho. Não por acaso o adoecimento psíquico consta entre as principais causas de afastamento do trabalho.

O estudo indica a necessidade de ampliação do campo de ação sindical e o investimento na construção de parcerias sólidas com os movimentos sociais e demais entidades educacionais, para além do espaço universitário. A ação isolada mostra-se insuficiente para enfrentar as multiplicidades de questões alavancadas no espaço universitário, mas que impactam toda a sociedade.

Ao trabalhador do serviço público federal, como a todo o trabalhador, resta desenvolver mecanismo de luta e resistência à ordem instaurada por meio da organização da própria classe trabalhadora, inclusive por meio dos espaços sindicais, afinal, as conquistas legais promulgadas, mesmo que tardiamente, são fruto de lutas, reivindicações e movimento da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho**. Ensaios de sociologia do trabalho – Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **Limites do sindicalismo** – Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Giovanni Alves, 2003.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CODO, W. A arte de não fazer. O funcionário público faz o que precisa ser feito? In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Orgs.). **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 296-308.

DRUCK, G. et al. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, A. G. (Org.). **Terceirização do Trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

LEITE, S. M., HENIG, E. V. Processo de Expansão da Terceirização na Universidade Federal de Rondonópolis. **Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social. 2020**. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

<<https://politicassocial.ufes.br/pt-br/encontro-internacional-e-nacional-de-politica-social>>.
Acesso em: 10 abr. 2022.

LAURELL, A. C. NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LOUREIRO, Isabel. Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo. **Crítica Marxista**, v. 1, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/meiry/Downloads/22328-73765-1-PB.pdf.>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LUXEMBURGO, R. Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo. **Crítica Marxista**, v. 1, 1997. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1916/junius/teil1.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. **O protagonismo das lutas de massa**. Isabel Loureiro (Org.) 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTINS, J. C.; RIBEIRO, J. L. L. S.; A participação dos servidores técnico-administrativos na avaliação institucional: o que dizem os relatórios autoavaliação institucional. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 509-530, out. 2018. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/aval/a/BMTHvTWv5DJYpfQDvV3k9mG/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARX, K. **A ideologia alemã**: Karl Marx, Friedrich Engels. Tradução de Luiz Claudio de Castro e Costa, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo. 2005.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, n. 111. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ensaio de um marxista sem repouso**. Seleção, organização e apresentação Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, T., DUCATTI, I. O enfrentamento do assédio moral pelos sindicatos: contribuições marxistas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 20, n. 1, p. 79 – 94, 2017

PROMOÇÃO



APOIO

